



Crônica da Cidade

por **Conceição Freitas** >> conceicaoofreitas.df@dabr.com.br

>> (cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

O fim das PMs

Há quase dois anos, o Conselho de Direitos Humanos da ONU sugeriu a extinção da Polícia Militar no Brasil. O Conselho considerou uma excrescência a existência de uma corporação militar para cuidar da segurança da população.

O filósofo Vladimir Safatle (*Folha de S. Paulo*, 24/7/2012) escreveu a respei-

to: “No resto do planeta, uma polícia militar é, normalmente, a corporação que exerce a função de polícia das Forças Armadas. Ou seja, sua ação está restrita ao território militar, aos prédios públicos e às autoridades públicas”. Em geral, as PMs dos demais países do mundo só têm permissão para atuar no espaço público em situação de guerra ou em situações excepcionais.

Em todas as cidades brasileiras, é a Polícia Militar a responsável pela maioria das ações violentas contra a população. “Dentro da lógica militar”, escreveu Safatle, “as ações são plenamente justificadas. O único detalhe é que a população não equivale a um

inimigo externo”.

Embora exista há mais de 200 anos, a Polícia Militar avançou para fora dos quartéis, especialmente depois da ditadura. Ocupou as ruas e passou a impor às populações a lógica do policiamento militar, muito diferente do policiamento civil. A democracia não alcançou as PMs.

“Em vários países, como o Brasil, Espanha, Grécia e Chile, a redemocratização que sucedeu o fim das ditaduras foi incompleta e parcial, não existindo verdadeiros professores de democratização de instituições do Estado, como é o caso das polícias. Estas continuam com seu pessoal, seus procedimentos e suas

doutrinas e táticas de ação”, escreveu o articulista Francisco Carlos Teixeira (autor de *Terrorismo na América do Sul*), na revista virtual *Carta Maior*.

Segundo pesquisa do Ipea, 62% dos brasileiros entrevistados não confiam ou confiam pouco na PM, e 51,5% deles consideram as abordagens dos policiais militares desrespeitosas e inadequadas (por certo, entre as populações mais vulneráveis).

É essa mesma truculência que motiva a corporação em Brasília a desafiar o GDF e, por extensão, o governo federal (já que estamos na capital do país), aliada a uma nefasta e periculosa vinculação com a política.

Há, nas ações da PM de Brasília, uma evidente sensação de poder e de impunidade, levando-se em conta que é uma corporação militar, supostamente sujeita aos rigores do fardamento. Só mesmo a convicção de que estão protegidos por uma força submersa permitiria tamanha arrogância como a que se tem visto dos últimos meses.

Não se discute aqui a legitimidade, ou não, das reivindicações, mas o modo desafiador e ameaçador usados na defesa dos interesses da corporação. Sabemos que o poder das polícias de Brasília, tanto a Civil quanto a Militar, atinge instâncias inacreditáveis. No nariz do Palácio do Planalto.